

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA EVASÃO

Autor: José Antonio Dias¹

Orientadora: Rita de Cássia Pacheco Gonçalves²

Resumo:

O presente trabalho consiste numa revisão de literatura qualitativa com o objetivo de fazer algumas considerações sobre o fenômeno da permanência e evasão na Educação de Jovens e Adultos - EJA. O estudo de tal fenômeno se faz necessário pelo grande número de evasões presentes nas instituições que ofertam a modalidade da EJA. Para tanto, recorre-se a uma literatura que usa de uma perspectiva freiriana, analisando os sujeitos que demandam desta modalidade, observando os motivos que levam os jovens e adultos a não concluírem os estudos, motivos estes que são distintos dos alunos do ensino regular. Esta compreensão é essencial para que haja reformulações dos programas e métodos na Educação de Jovens e Adultos. A preocupação em garantir o acesso e a permanência na educação é constitucional, portanto é dever do Estado, das instituições e dos profissionais da educação, tornar esse direito uma realidade em todos os níveis e modalidades educacionais.

Palavras-chave: Evasão e permanência na EJA. –políticas públicas- EJA.

Introdução

É notório que o Brasil apresenta sérios problemas na área da educação, entre eles está a permanência e a evasão dos estudantes, em todos os níveis de ensino. Tal problema também se repete na Educação de Jovens e Adultos, não pelos mesmos motivos do ensino regular, visto que o público da EJA se constitui de pessoas com experiência de vida, e que, por vontade própria, pelo sentimento de se inserir socialmente, ou em busca de um trabalho com remuneração melhor, voltam aos bancos escolares. Assim sendo, é imperativo entender os motivos da evasão desses indivíduos, tendo em vista que, em 2010, tivemos 89.565 matrículas na EJA. Esses números diminuiriam seguidamente, chegando a 53.305 matrículas no ano de 2013. (CENSO ESCOLAR-INEP, 2014).

É fato também que, de acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208,

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I- educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete anos) de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 1998, art. 208)

Com isso fica estabelecido que todos têm o direito ao acesso e a permanência na educação, entretanto, como cita Debiasio (2010 p. 56) “[...] ofertar vagas suficientes para todos já não é o bastante; necessário é também, garantir condições de permanência aos educando, possibilitando o sucesso escolar aos estudantes”.

Para tanto, pode-se definir como acesso o ato do aluno ingressar em uma instituição de ensino. Assim, a evasão ocorre quando o aluno não conclui o ciclo ou a série pré-estabelecida, impossibilitando o êxito. Portanto, a permanência dos alunos na instituição de ensino é condição determinante para que haja o êxito.

Dito isso, entende-se que deve estar em nossas preocupações, não só garantir o acesso, mas proporcionar a permanência e evitar a evasão dos alunos da EJA, propiciando-lhes a formação que, por diversos motivos, não foi possível em idade escolar e, no mesmo sentido, preparando as instituições escolares para esta demanda, preocupação que ainda pouco acontece em nosso país.

Para a elaboração do artigo se tem como fonte alguns artigos e outros trabalhos já publicados que levantam informações, debatem as mesmas e também sugerem alternativas para que haja a diminuição do número de evadidos. No âmbito da permanência e do êxito na EJA estão inseridas tantas condições e variáveis quanto forem os sujeitos que a demandam. Passando por questões objetivas e subjetivas, entre elas a instabilidade e a precariedade nas condições de vida de cada um. Por isso é necessário que haja uma revisão nas propostas pedagógicas destinadas a este público. Como explica Nunes, citado por Gonçalves (2014, p. 22): “é necessário que haja uma revisão e uma reelaboração de políticas públicas que levem em consideração as peculiaridades presentes nas trajetórias da vida dos estudantes desde sua matrícula na Educação Infantil”.

A utilização dos autores Gonçalves, Aguiar e Kern, Brezinski e Ramos se baseiam nos estudos feitos por eles na área da educação de jovens e adultos. A partir da leitura deles, se faz a reflexão sobre o tema, percebendo as dificuldades, mas também as possibilidades do desenvolvimento de uma proposta eficiente que garanta o acesso, a permanência e o êxito para aqueles sujeitos que não concluíram sua formação na educação básica em idades escolar.

A educação de jovens e adultos: uma necessidade para a transformação social

A educação no Brasil é caracterizada por diversas maneiras de pensar seus sujeitos, desde as crianças até os idosos, de acordo com o que se espera de cada um na sociedade.

Através de um processo histórico, dialético e dialógico, podemos construir um panorama das condições em que a população vive, e desta maneira as intenções com que as instituições são organizadas, inclusive as escolas e demais espaços coletivos de convivência. (AGUIAR E KERN, 2014, p.8).

A perspectiva dialética, freiriana, propõe que “os sujeitos estejam em relação, sem que um se sobreponha ao outro, num ir e vir, transforma o educador em educando e vice-versa” (AGUIAR E KERN, 2014, p.8). Tal colocação busca superar a “educação bancária” que desconsidera os conhecimentos dos educandos e centraliza no professor a fonte do conhecimento que “é importante”.

Outro termo usado por Paulo Freire é a dialogia, que possui seu significado na relação de diálogo entre os sujeitos. O ideal de Freire reside na superação da relação de hierarquia entre o educando e o educador que se estende para todas as relações pedagógicas institucionais. “A dialogia, porém, não trata apenas de uma conversa, mas a atribuição de sentidos dada pelo grupo social” (AGUIAR E KERN, 2014, p.9). Como o próprio Paulo Freire afirma: “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se torna problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, apud AGUIAR E KERN, 2014, p. 9).

Além da educação, a visão de Paulo Freire, por sua natureza em relação aos sujeitos precisa ser estendida a todas as instituições da sociedade. Pois não tem sentido somente a educação se preocupar com o ser humano, com suas subjetividades, enquanto as demais esferas sociais fomentarem a exclusão e o domínio de uma pequena parcela dos indivíduos sobre os demais.

O pensamento de Paulo Freire é indissociável do principal objeto de sua preocupação em vida: a educação, pois, como homem, isto é, ser capaz de se autoproduzir e ressignificar sua existência a partir do outro, defendia que, embora a educação, sozinha, dissociada da vida social, não pudesse efetivamente transformar a realidade por conta dos jogos políticos e ideológicos de grupos hegemônicos, poderia ser uma janela para o mundo. Sua credibilidade na transformação social estava balizada pelo posicionamento sociopolítico dos educadores e dos brasileiros e brasileiras que descobrissem não somente uma janela, senão o mundo mesmo, inferindo as transformações necessárias ao exercício da cidadania negada historicamente (LIMA, 2014, s/p).

Nessa perspectiva, a educação serve como ferramenta para criar a consciência de sujeito social, em todos, sem distinção, para que estes participem de maneira efetiva na elaboração e funcionamento das instituições, para que estas garantam a emancipação dos sujeitos.

Esta postura de considerar as necessidades e demandas sociais é relativamente recente, ainda mais como política pública. No Brasil, podemos considerar que a partir de promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, as demandas sociais, pelo menos legalmente, passa a exigir políticas públicas. Nesse momento se evidencia a política como base para a efetivação de medidas que possibilitem transformação social.

Os antigos filósofos gregos, sendo Sócrates, Platão e Aristóteles os primeiros a se debruçarem sobre o tema política, convergiam na ideia de que “o senso comum de justiça habita os homens e que a melhor maneira de conviver em sociedade seria na justiça e em igualdade de direitos” (BREZINSKI E RAMOS, 2014, p. 10). Além disso, os governantes, especialmente nos regimes democráticos, buscam estabelecer para si mesmos uma imagem de pessoas justas.

Sócrates - Acabamos de concluir que os homens justos são mais sábios, melhores e mais poderosos do que os homens injustos, e que estes são incapazes de agir harmonicamente – e, quando dizemos que às vezes levaram a bom termo um assunto em comum, não é, de maneira nenhuma, a verdade, porque uns e outros não seriam poupados se tivessem sido totalmente injustos; por isso, é evidente que existia neles uma certa justiça que os impediu de se prejudicarem mutuamente (PLATÃO apud BREZINSKI E RAMOS, p.10).

Assim, os governos se balizam sob os preceitos dos padrões éticos e morais do respeito e garantia da justiça e liberdade individual e coletiva, apesar de que muitas vezes tais premissas não se concretizam no cotidiano.

Desta maneira, os governantes tem a obrigação de propiciar o atendimento das necessidades dos sujeitos através das instituições sociais, inclusive a educação. Mas é notório que em nosso país, durante grande parte da história não houve a devida atenção com a educação, principalmente em relação à classe trabalhadora. Ainda hoje, a quantidade de pessoas que não concluem o Ensino Fundamental no Brasil, ou ainda mais grave, são analfabetas, é gigantesca.

Os números da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012), apontam que o Brasil ainda possui 13,2 milhões de analfabetos com idade igual ou superior a 15 anos e cerca se 50% da população nesta faixa etária, aproximadamente 60 milhões de pessoas, não concluíram o Ensino Fundamental (BREZINSKI E RAMOS, 2014, p. 36).

Apesar deste grande contingente de pessoas que encontraria na Educação de Jovens e Adultos uma possibilidade de alfabetização, no ano de 2013 houve pouco mais de três milhões e setecentas mil matrículas nesta modalidade (INEP, 2013). Desta forma, nota-se uma demanda social que ainda não foi atendida, a de garantir educação de qualidade a todos. Esta garantia deve contemplar não somente as crianças e jovens em idade escolar, mas também

para os adultos que não tiveram, por inúmeros motivos, oportunidade para o desenvolvimento de sua vida escolar, principalmente nas classes trabalhadoras.

Como demanda social, a educação para jovens e adultos passa pelo ciclo da formulação das políticas públicas. Abaixo, há a identificação destas etapas:

Identificação do problema: é a primeira etapa e consiste na identificação, ou levantamento do problema a ser considerado como foco da política pública. Agenda – é a etapa em que se definem os focos de atuação do governo. É o conjunto de problemas e demandas que compõem o plano de ação. A formação da Agenda de Governo consiste numa fase tumultuada e competitiva, com os envolvidos dedicados na conquista de espaço para os interesses que defendem. Tomada de decisão: adoção da política - em consenso (de comum acordo), as partes decidem sobre os diversos aspectos, ou focos, que a política abrangerá. Implementação – é a etapa em que as decisões deixam de ser intenções e passam a ser intervenções na realidade. Monitoramento, Avaliação, Ajustes – são etapas de acompanhamento do processo de formulação/elaboração da política, oferecendo informações para possíveis ajustes na direção dos resultados esperados (BREZINKI E RAMOS, 2014, p. 14-15).

Dentro deste contexto, em nossos dias, a última etapa do ciclo da política pública, ou seja - o monitoramento, avaliação e ajuste - parece não estar sendo efetivada. Haja vista a redução nas turmas de EJA nos últimos anos, como cita Gonçalves (2014, p. 12): “Em 2007, o país tinha 166.254 turmas de Educação de Jovens e Adultos nas redes municipais e estaduais. No Censo Escolar de 2011, era 147.361, o que representa uma queda de 18,9%.” Esses dados nos mostram que há uma grande necessidade em rever, analisar quais os motivos para a redução no número de turmas que ofertam a EJA, apesar de termos um grande contingente de sujeitos que necessitam desses espaços educacionais.

Sendo a nossa sociedade um espaço de democracia constitucionalmente instituída, que pressupõe os conceitos de liberdade e igualdade acima citados, é imperativo que haja uma busca pela melhoria que garanta o acesso e a permanência dos sujeitos trabalhadores na Educação de Jovens e Adultos a oportunidade que lhes faltou na idade escolar.

Fica subentendido que a diminuição do número de turmas da EJA decorre da diminuição da procura e da evasão dos alunos. Por isso, a necessidade de entender o que tem afastado a Educação de Jovens e Adultos do seu público. Em princípio, considerando-se apenas as questões objetivas que fazem parte do cotidiano do trabalhador se observa a jornada de trabalho que dificulta no cumprimento da jornada escolar, falta de dinheiro ou condições para o transporte, além do cansaço que o trabalho lhes causa (GONÇALVES, 2014, p.14).

Entendendo os estudantes-trabalhadores para entender a EJA

Para podermos entender os sujeitos demandantes da educação de jovens e adultos, precisamos conhecer as condições que os levaram a esta situação de evadidos da educação. Apesar das subjetividades inerentes a vidas de cada indivíduo, alguns aspectos se tornam comum entre a maioria. Ele é composto de indivíduos que, em grande parte, desde suas infâncias e adolescências tiveram sobre si o peso da responsabilidade, junto aos pais, pelo sustento da família. O desestímulo educacional advindo dos pais destes sujeitos está muito mais relacionado com a falta de visão de que a educação é necessária para o desenvolvimento humano e acima de tudo, com a necessidade imediata de dinheiro para suprir as necessidades básicas da família. É necessário ressaltar que o acesso à educação era mais restrito há algumas décadas atrás, tanto pela quantidade de vagas ofertadas e o difícil acesso às escolas, quanto pela discriminação que as crianças mais carentes eram sujeitadas.

Quando os sujeitos que evadiram das escolas reingressam na vida adulta, já estão comprometidos com seus trabalhos, de baixa remuneração, muitas vezes constituíram família, fatos que tornam difícil o regresso do mesmo aos bancos escolares. Na maior parte dos casos, estes trabalhadores só retomarão os estudos quando há obrigação, principalmente quando são exigências dos patrões.

No sentido da evasão na EJA é necessário analisarmos como a sociedade fomenta a estratificação dos sujeitos, separando-os de acordo com sua condição social, impondo o pensamento neoliberal de que o sujeito é responsável pela própria história. E as políticas educacionais, como afirma Gonçalves (2014, p. 19): “[...] sob a hegemonia neoliberal, reafirmam a ideia da promoção social pela educação [...]”. Discurso este proferido pelas classes dominantes, como acrescenta a mesma autora “[...] Assim, numa perspectiva acentuadamente individualista, os empresários, falando em nome do mercado, relacionam a educação ao mercado de trabalho, como alternativa de mobilidade econômica e social” (GONÇALVES, 2014, p. 19). Com isso, se propaga a ideia de que os sujeitos excluídos são responsáveis pela sua própria exclusão. Contudo, esta visão começa a ser questionada quando a partir da década de 1970, com a obrigatoriedade escolar de oito anos, que prometia o desenvolvimento dos países e a ascensão social das pessoas falhou em seus propósitos.

Forma-se entre as classes populares, pouca expectativa de êxito social, pois a política social de responsabilização dos indivíduos pela sua história, juntamente com o baixo desenvolvimento social, mesmo após a ampliação ao acesso às escolas, o sentimento de inferioridade, e de que o conhecimento, a escola, e o progresso não lhes diz respeito. Para que haja a superação desta visão, Arroyo, citado por Gonçalves (2014, p. 20) diz:

O direito a educação não estará garantido se ficar reduzido à escolarização ou se continuar sendo tratado, de forma genérica, articulado com o mercado de trabalho e como condição de empregabilidade. Na prática, o tratamento genérico do direito à educação não alcançou o resultado esperado nem o prometido progresso econômico e social. Mais da metade da população brasileira não completou o Ensino Fundamental.

Outro ponto a ser levado em consideração é o prestígio pelos certificados, mesmo sabendo que estes não garantem uma vida mais fácil. Mesmo reconhecendo o capital simbólico que o certificado possui e a importância do conhecimento escolar, os estudantes sabem que tal prestígio não será o que levará a um progresso social.

Na EJA, segundo Arroyo (apud GONÇALVES, 2014, p. 21) o abandono se deve a escolarização com baixa flexibilização curricular, dificultando a permanência de jovens e adultos das classes populares, pois eles não conseguem articular o conhecimento escolar com as trajetórias de suas vidas, fazendo com que os estudantes, muitas vezes, não vejam sentido no que eles estão aprendendo, não entendem como estes conhecimentos irão proporcionar melhorias nas suas vidas.

No âmbito da permanência e do êxito na EJA estão inseridas tantas condições e variáveis quantos forem os sujeitos que a demandam. Passando por questões objetivas e subjetivas, entre elas a instabilidade e a precariedade nas condições de vida de cada um. Por isso é necessário que haja uma revisão nas propostas pedagógicas destinadas a este público. Como Nunes, citado por Gonçalves (2014, p. 22) explica: “é necessário que haja uma revisão e uma reelaboração de políticas públicas que levem em consideração as peculiaridades presentes nas trajetórias da vida dos estudantes desde sua matrícula na Educação Infantil”.

O trabalho é um elemento fundamental na relação dos jovens e adultos com a escolarização, pode-se dizer até que o trabalho possui um papel ambíguo com a EJA, tendo em vista que ele se mostra como um produtor de dificuldade na assiduidade e pontualidade dos estudantes, além de tornar mais difícil a realização de atividades extraescolares. Por outro lado, o trabalho pode ser um estímulo para que os trabalhadores se mantenham ou retornem aos bancos escolares, a partir do momento em que eles reconhecem no estudo uma possibilidade de promoção do trabalho, salário melhor, ou trocar seu emprego por outro com mais prestígio social e de melhor remuneração.

Nossa sociedade cobra dos indivíduos parâmetros mínimos de “formação”, assim, os educandos possuem uma meta, a conclusão da série, ou do ciclo, para que sua passagem dos bancos escolares seja considerada exitosa. Muitas vezes, o desenvolvimento do ser humano, o compartilhamento do conhecimento e a possibilidade de ressignificar o mundo e a própria

vida tornam-se secundários, mesmo que estes sejam os objetivos fundamentais da educação e de suas instituições. Nesse sentido, o êxito, se resume em cumprir horários, possuir presença, realizar provas e obter notas.

Aqui cabe uma reflexão sobre o que se considera evasão e êxito na Educação de Jovens e Adultos. Ou seja, por que indivíduos que tem necessidade de concluir a educação básica, não o fazem. Sabendo-se que este público possui uma história e cultura construída ao longo de suas vidas, além de um entendimento sobre o mundo e a sociedade, mesmo que este entendimento tenha sido moldado pela ótica do capitalismo neoliberal.

Então, é necessário que haja uma recriação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, passando pela reestruturação curricular, a formação adequada de professores especialistas, espaços físicos adequados, flexibilização do tempo e da avaliação dos estudantes e principalmente trabalhar uma educação que esteja associada à história de vida do estudante-trabalhador, que lhe diga respeito, que seja o meio de emancipação como cidadão. Como disse Paulo Freire (apud GONÇALVES, 2014, p. 68): “Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias”.

O presente artigo é resultado de uma revisão literatura, qualitativa e quantitativa sobre o fenômeno da evasão e permanência na educação de jovens e adultos – EJA. Justifica-se a pesquisa qualitativa, pois ela “não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social [...]” (GOLDENBERG, 1999, apud PORTELA, 2004). Por outro lado, na pesquisa qualitativa “[...] os pesquisadores buscam exprimir as relações de dependência funcional entre variáveis para tratarem do como dos fenômenos” (PORTELA, 2004, p. 3). Neste caso, trata-se do fenômeno da Evasão na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da revisão de literatura, analisando as informações trazidas pelos autores, alguns aspectos relacionados à evasão e também do não ingresso na Educação de Jovens chamam a atenção, primeiramente, a ausência de uma formação adequada para os professores.

Muitos dilemas e incertezas ainda envolvem a formação inicial de professores, oriundas de um modelo de formação que privilegiou a desarticulação entre os saberes, a racionalidade técnica, a visão simplista do ser professor e a teoria em detrimento de uma teoria articulada à prática (SCHNETZLER, 2000, citado por SANTOS, MASSENA e SÁ).

Este é um grande problema, na Educação de Jovens e Adultos, pois representa o desinteresse do Estado e da academia, através de suas instituições, ou seja, para que haja êxito na educação fazem-se necessários profissionais preparados. Moura (2008, p. 46) discorre assim:

Sem a devida qualificação, os professores passam a desenvolver a prática pedagógica ignorando as especificidades e peculiaridades dos sujeitos em processo de escolarização. Utilizam metodologias (técnicas, recursos e atividades) sem qualquer significado para os alunos-trabalhadores, desconsiderando o contexto e a historicidade desses sujeitos.

Outro fator que contribui para que haja a evasão é o currículo trabalhado nas escolas de EJA que muitas vezes é uma versão recortada daquela trabalhada com estudantes do ensino regular. Em síntese pode-se dizer que é um amontoado de conteúdos sem ligação com o contexto dos alunos. Fato que se relaciona diretamente com a baixa autoestima dos alunos da EJA, que não compreendendo os assuntos, ficam com o sentimento de não portadores de conhecimentos o que leva ao não reconhecimento da utilidade dessas informações na sua vida. Nas palavras de Moura:

Na maioria das vezes, os professores utilizam o mecanismo da reprodução do seu processo de escolarização para determinar a metodologia de trabalho nas salas de EJA. Não possui os fundamentos que lhes permitam incluir referenciais teórico-metodológicos próprios à área. (MOURA, 2008, p. 46).

Um currículo para ser representativo e com significado deve partir da ideia de formar educandos para o mundo do trabalho, não como mão de obra, mas com noção de trabalho como processo de construção e transformação do mundo superando o conceito histórico, de exploração.

Para Gramsci, a “Escola Unitária” deveria formar os trabalhadores de maneira integral, instrumentalizando-os para o exercício da profissão e o domínio das técnicas, dando-lhes acesso ao conhecimento geral produzido pela humanidade e preparando-os para serem os novos dirigentes da sociedade (SILVA, 2014, p.12).

A sociedade capitalista entende o trabalho, no sentido histórico, como prioridade na vida. E isso se reproduz na EJA. Os jovens e adultos que retornam aos bancos escolares o fazem, na maioria das vezes, por cobrança dos seus patrões. Mas se há conflito entre os

horários do trabalho e das aulas, eles optarão pelo primeiro. Além disso, o cansaço e a locomoção também são fatores que se relacionam com a evasão na EJA.

A perspectiva que deve ser adotada em relação aos alunos da EJA deve contemplar o histórico e a realidade das vidas deles, valorizar o conhecimento deles e entender as suas necessidades. A adoção da visão de Paulo Freire pode contribuir para que haja a permanência dos sujeitos alunos-trabalhadores e que a experiência educacional seja exitosa. Nesse sentido, o professor precisa ser o mediador entre o conteúdo e o educando. O entendimento do aluno-trabalhador por parte do professor passa pela avaliação, outro fator que muitas vezes afasta os alunos da escola.

Referências

AGUIAR, Paula Alves de; KERN, Caroline. **Sujeitos da Diversidade: especialização em educação profissional integrada à educação de jovens e adultos – PROEJA**. Florianópolis: IFSC, 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal 1988.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997-2014**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2013**. Apresentação coletiva. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2014/apresentacao_coletiva_censo_edu_basica_022014.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015.

BREZINSKI, Maria Alice Sens; RAMOS, Elenita Eliete de Lima. **Legislação Educacional: especialização em educação profissional integrada à educação de jovens e adultos – PROEJA**. Florianópolis: IFSC, 2014.

DEBIASIO, Flávia de Jesus Mendes. Acesso, **Permanência e Evasão nos Cursos do PROEJA em Instituições de Ensino de Curitiba-PR**. Dissertação de Mestrado Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2010/ppgte_dissertacao_331_2010.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015.

GONÇALVES, Rita da Cássia Pacheco. **Processos Pedagógicos para Permanência e êxito em PROEJA: especialização em educação profissional integrada à educação de jovens e adultos – PROEJA**. Florianópolis: IFSC, 2014.

LIMA, Paulo Gomes. Uma leitura sobre Paulo Freire em três eixos articulados: o homem, a educação e uma janela para o mundo. *Pro-Posições*, Campinas, v. 25, n. 3, Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v25n3/v25n3a04.pdf>>. Acesso em: 21 Fev. 2015.

MOURA, Tania Maria de Melo. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos: Realidade, Desafios e Perspectivas Atuais**. Dossiê Temático: educação de jovens, adultas e idosas. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/242/254>>. Acesso em: 18 abril 2015.

PORTELA, Girlene Lima. **Pesquisa Quantitativa? Eis a questão**. Abordagens teórico-metodológicas. Disponível em: <<http://www2.uefs.br:8081/girlene/verArtigo.php?idArtigo=18>>. Acesso em: 18 abril 2015.

SANTOS, Ivete Maria dos; MASSENA, Elisa Prestes; SÁ, Luciana Passos. **O Lugar da EJA na Formação Inicial de Professores de Química da Bahia**. Artigo. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiiienpec/resumos/R0405-1.pdf>>. Acesso em: 8 abril 2015.

SILVA, Adriano Larentes. **Currículo Integrado: especialização em educação profissional integrada à educação de jovens e adultos – PROEJA**. Florianópolis: IFSC, 2014.

¹ José Antonio Dias

Instituição: Sec. da Educação do Estado de Santa Catarina; Sec. da Educação do Município de Lages-SC

Formação: Licenciado em Geografia

Contato: joseantoniодias12@yahoo.com.br

² Rita de Cássia Pacheco Gonçalves. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa, Portugal. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, Brasil. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, Brasil. Graduada em Licenciatura de 1º grau em Ciências pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, Brasil. Graduada em Licenciatura em Matemática pela Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina, FESSC, Brasil. Professora colaboradora na Universidade do Estado de Santa Catarina, desde 2001, ministrando as Disciplinas de Tópicos especiais: Educação de Jovens e Adultos, Pesquisa e Prática pedagógica, Organização Escolar, Fundamentos e Metodologia do Ensino da Matemática. Professora da Educação Básica, inclusive EJA, na rede pública estadual, de 1976 a 2003. Atualmente, coordenadora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina.